



Itaú Unibanco Holding S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.872.504/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
Apresentamos as Demonstrações Contábeis relativas a 31/12/2025 para contas patrimoniais e ao período de 01/01 a 31/12 de 2025 para resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão dos Valores Mobiliários (CVM).

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em milhões de reais)*

Ativo	Nota	31/12/2025
Circulante e Não Circulante.....		278.360
Disponibilidades.....		1.340
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		31.319
Aplicações no Mercado Aberto.....		22.486
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		8.833
Títulos e Valores Mobiliários.....	2c III, 4	36.986
Carteira Própria.....		36.986
Derivativos.....	2c III, 4	8
Operações com Característica de Concessão de Crédito.....	5	176.070
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos.....		189.740
(Provisão para Perda de Crédito Esperadas).....		(13.670)
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....		2
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos.....		24.611
Ativos Fiscais Correntes.....		5.683
Ativos Fiscais Diferidos.....	7b I	18.928
Outros Ativos.....		8.024
Permanente.....		195.287
Investimentos.....	2c IV, 8	194.921
Controladas.....		194.921
Imobilizado.....		5
Imóveis.....		5
Outras Imobilizações.....		93
(Depreciações Acumuladas).....		(93)
Intangível.....		361
Ativos Intangíveis.....		3.098
(Amortização Acumulada).....		(2.737)
Total do Ativo.....		473.647

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025
Circulante e Não Circulante.....		277.667
Depósitos.....		99.439
Depósitos à Vista.....		121
Depósitos Interfinanceiros.....		99.318
Instrumentos de Dívida.....	6a	49.608
Recursos de Emissões.....		1.486
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		7.454
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação.....		40.668
Derivativos.....	2c III, 4	234
Relações Interfinanceiras e Interdependências.....		76.754
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.....	5b	142
Demais Provisões.....		1.275
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas.....		1.917
Obrigações Fiscais Correntes.....	2c VI, 2c VII, 7c	999
Obrigações Fiscais Diferidas.....	7b II	918
Outros Passivos.....		48.298
Patrimônio Líquido.....	9	195.980
Capital Social.....		136.910
Reservas de Capital.....		2.873
Reservas de Lucros.....		57.107
Outros Resultados Abrangentes.....	2c III	(897)
(Ações em Tesouraria).....		(13)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido.....		473.647

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO *(Em milhões de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da Intermediação Financeira.....		16.044	30.680
Resultado de Operações com Característica de Concessão de Crédito.....		11.233	21.935
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros.....		4.811	8.745
Despesas da Intermediação Financeira.....		(10.531)	(19.773)
Depósitos e Captações no Mercado Aberto.....		(10.769)	(17.592)
Instrumentos de Dívida.....		261	(2.080)
Empréstimos e Repasses.....		(23)	(101)
Resultado da Intermediação Financeira Antes da Perda de Crédito Esperada.....		5.513	10.907
Resultado de Perda de Crédito Esperada.....		(5.034)	(10.591)
Despesa de Provisão para Perda de Crédito Esperada.....		(5.901)	(12.270)
Receita de Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo.....		867	1.679
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....		479	316
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais.....		20.888	41.677
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias.....		7.066	13.227
Despesas de Pessoal.....		(220)	(442)
Outras Despesas Administrativas.....		(2.939)	(5.957)
Despesas de Demais Provisões.....		96	102
Provisões Cíveis.....		(99)	(173)
Provisões Trabalhistas.....		(18)	(29)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos.....		213	304
Despesas Tributárias.....	7a I	(1.011)	(2.179)
Resultado de Participações em Controladas.....	8	19.772	40.122
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais.....		(1.876)	(3.196)
Resultado Operacional.....		21.367	41.993
Resultado não Operacional.....		(2)	(4)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações.....		21.365	41.989
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	2c VII	2.058	3.711
Devidos sobre Operações do Período.....		736	144
Referentes a Diferenças Temporárias.....		1.322	3.567
Participações no Lucro, líquido de impostos - Administradores - Estatutárias.....		(15)	(41)
Lucro Líquido.....		23.408	45.659
Lucro por Ação - Básico.....			
Ordinárias.....		2,12	4,12
Preferenciais.....		2,12	4,12
Lucro por Ação - Diluído.....			
Ordinárias.....		2,10	4,08
Preferenciais.....		2,10	4,08
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica.....			
Ordinárias.....		5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais.....		5.437.532.545	5.459.926.630
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída.....			
Ordinárias.....		5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais.....		5.539.170.312	5.571.684.620

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE *(Em milhões de reais)*

	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido.....	23.408	45.659
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....	(220)	1.093
Variação de Valor Justo.....	(10)	(2)
Efeito Fiscal.....	5	(1)
Coligadas / Controladas.....	(215)	1.096
<i>Hedge</i>	(140)	888
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa.....	107	82
Coligadas / Controladas.....	107	82
<i>Hedge</i> de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior.....	(247)	806
Variação de Valor Justo.....	887	1.407
Efeito Fiscal.....	(1.102)	(1.379)
Coligadas / Controladas.....	(32)	778
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (1).....	4	(5)
Remensurações.....	7	7
Efeito Fiscal.....	3	3
Coligadas / Controladas.....	(6)	(15)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior.....	2.007	(2.946)
Variação de Valor Justo.....	608	(168)
Coligadas / Controladas.....	1.399	(2.778)
Outros.....	(7)	2
Total de Outros Resultados Abrangentes.....	1.644	(968)
Total do Resultado Abrangente.....	25.052	44.691

1) Montantes que não serão reclassificados subseqüentemente para o resultado.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO *(Em milhões de reais)*

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas.....		19.167	36.512
Intermediação Financeira.....		16.044	30.680
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias.....		7.066	13.227
Perda de Crédito Esperada com Instrumentos Financeiros.....		(5.034)	(10.591)
Outras.....		1.091	3.196
Despesas.....		(12.406)	(23.129)
Intermediação Financeira.....		(10.531)	(19.773)
Outras.....		(1.875)	(3.356)
Insumos Adquiridos de Terceiros.....		(2.938)	(5.956)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens.....		(141)	(294)
Propaganda, Promoções e Publicações.....		(55)	(182)
Outras.....		(2.742)	(5.480)
Valor Adicionado Bruto.....		3.823	7.427
Depreciação e Amortização.....		(5)	(10)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade.....		3.818	7.417
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial.....	8	19.772	40.122
Valor Adicionado Total a Distribuir.....		23.590	47.539
Distribuição do Valor Adicionado.....		23.590	47.539
Pessoal.....		210	390
Remuneração Direta.....		193	356
Benefícios.....		15	29
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.....		2	5
Impostos, Taxas e Contribuições.....		(28)	1.490
Federais.....		(231)	1.108
Municipais.....		203	382
Remuneração de Capitais Próprios.....		23.408	45.659
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.....		25.092	33.704
Lucros Retidos aos Acionistas.....		(1.684)	11.955

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA *(Em milhões de reais)*

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro Líquido Ajustado.....		10.266	15.738
Lucro Líquido.....		23.408	45.659
Ajustes ao Lucro Líquido:.....		(13.142)	(29.921)
Pagamento Baseado em Ações.....		546	178
Perdas de Crédito Esperadas.....		5.901	12.270
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada.....		3.101	4.045
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos.....		13	32
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos.....		117	202
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia.....		86	(32)
Tributos Diferidos.....		(1.322)	(3.567)
Resultado de Participações em Controladas.....	8	(19.772)	(40.122)
Amortização de Ágio.....		22	45
Receita de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....		(1.854)	(2.782)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		6	(218)
Outros.....		14	28
Variação de Ativos e Passivos.....		(1.917)	(7.797)
(Aumento) / Redução em Ativos.....			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		3.296	11.216
Títulos e Valores Mobiliários.....		3.350	(8.885)
Derivativos (Ativos / Passivos).....		718	89
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos).....		(5.864)	2.707
Operações com Característica de Concessão de Crédito.....		(16.190)	(31.054)
Ativos Fiscais.....		(2.006)	(3.495)
Outros Ativos.....		13.799	15.411

	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
(Redução) / Aumento em Passivos.....			
Depósitos.....		1.937	7.810
Captações no Mercado Aberto.....		(838)	(8.247)
Instrumentos de Dívida.....		68	3.931
Obrigações Fiscais.....		(1.619)	(571)
Demais Provisões e Outros Passivos.....		1.610	3.469
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.....		(178)	(178)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....		8.349	7.941
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....		24.512	45.607
(Aquisição) / Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....		(1.920)	(11.659)
(Aquisição) / Alienação de Investimentos.....		(2.883)	894
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Incorporação Hipercard Banco Múltiplo S.A.....		1	1
(Aquisição) / Alienação de Intangível.....		(4)	(4)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento.....		19.706	34.839
Captação em Obrigações por Dívida Subordinada.....		3.000	12.400
Resgate em Obrigações por Dívida Subordinada.....	(13.016)	(13.016)	(13.584)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria.....		6	947
Aquisição de Ações para Tesouraria.....		(3.002)	(3.085)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....		(27.435)	(48.299)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento.....		(40.447)	(51.621)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(12.392)	(8.841)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período.....		36.224	32.449
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(6)	218
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período.....	2c II	23.826	23.826
Disponibilidades.....			1.340
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada.....			22.486



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Itaú Unibanco Holding S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhões de reais)

	Nota	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes							Lucros Acumulados	Total
						Ajuste de Títulos Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Valor de Seguro e Previdência Privada	Contratos de Seguro e Previdência Privada	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Outros Resultados Abrangentes	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (1)		
Total - 01/07/2025		124.063	(18)	2.328	76.982	(648)		259	(1.968)	4.803	(4.996)	9	--	200.814
Transações com os Acionistas		12.847	5	545	(15.847)	--	--	--	--	--	--	--	--	(2.450)
Aquisição de Ações em Tesouraria	9	--	(3.002)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.002)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	9	--	3.000	--	(3.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	9	--	7	(1)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		--	--	546	--	--	--	--	--	--	--	--	--	546
Capitalização por Reservas		12.847	--	--	(12.847)	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Reorganização Societária	2c V	--	--	--	(61)	--	--	--	--	--	--	--	--	(61)
Outros		--	--	--	91	--	--	--	--	--	--	--	--	91
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	20	20
Total do Resultado Abrangente		--	--	--	--	(220)	--	--	4	2.007	(140)	(7)	23.408	25.052
Lucro Líquido		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	23.408	23.408
Outros Resultados Abrangentes		--	--	--	--	(5)	--	--	10	608	(215)	--	--	398
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas		--	--	--	--	(215)	--	--	(6)	1.399	75	(7)	--	1.246
Destinações:														
Reserva Legal		--	--	--	1.170	--	--	--	--	--	--	--	(1.170)	--
Reservas Estatutárias		--	--	--	(2.834)	--	--	--	--	--	--	--	2.834	--
Dividendos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(20.000)	(20.000)
Juros sobre o Capital Próprio		--	--	--	(2.394)	--	--	--	--	--	--	--	(5.092)	(7.486)
Total - 31/12/2025	9	136.910	(13)	2.873	57.107	(868)	259	(1.964)	6.810	(5.136)	2	--	--	195.980
Mutações do Período		12.847	5	545	(19.875)	(220)	--	4	2.007	(140)	(7)	--	--	(4.834)
Total - 01/01/2025		90.729	(909)	2.729	109.902	(1.961)	259	(1.959)	9.756	(6.024)	--	--	--	202.522
Transações com os Acionistas		46.181	896	144	(49.181)	--	--	--	--	--	--	--	--	(1.960)
Aquisição de Ações em Tesouraria	9	--	(3.085)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.085)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	9	--	3.000	--	(3.000)	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	9	--	981	(10)	--	--	--	--	--	--	--	--	--	971
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		--	--	154	--	--	--	--	--	--	--	--	--	154
Capitalização por Reservas		46.181	--	--	(46.181)	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Reorganização Societária	2c V	--	--	--	(4)	--	--	--	--	--	--	--	--	(4)
Outros		--	--	--	(114)	--	--	--	--	--	--	--	--	(114)
Dividendos - Declarados após período anterior		--	--	--	(12.229)	--	--	--	--	--	--	--	--	(12.229)
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior		--	--	--	(3.260)	--	--	--	--	--	--	--	--	(3.260)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	38	38
Total do Resultado Abrangente		--	--	--	--	1.093	--	--	(5)	(2.946)	888	2	45.659	44.691
Lucro Líquido		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	45.659	45.659
Outros Resultados Abrangentes		--	--	--	--	(3)	--	--	10	(168)	28	--	--	(133)
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas		--	--	--	--	1.096	--	--	(15)	(2.778)	860	2	--	(835)
Destinações:														
Reserva Legal		--	--	--	2.283	--	--	--	--	--	--	--	(2.283)	--
Reservas Estatutárias		--	--	--	9.710	--	--	--	--	--	--	--	(9.710)	--
Dividendos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(20.000)	(20.000)
Juros sobre o Capital Próprio		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	(13.704)	(13.704)
Total - 31/12/2025	9	136.910	(13)	2.873	57.107	(868)	259	(1.964)	6.810	(5.136)	2	--	--	195.980
Mutações do Período		46.181	896	144	(52.795)	1.093	--	(5)	(2.946)	888	2	--	--	(6.542)

1) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2025 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 PARA RESULTADO (Em milhões de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras, sua matriz está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está presente em 18 países e territórios e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, controladas e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. JOHNSTON"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2026.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A empresa adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Mais informações sobre os efeitos da transição normativa estão detalhadas na nota 2b I - Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Fimdo em 31 de dezembro de 2025

• **Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros** - Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de *hedge*. A adoção foi prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de *hedge* e do ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as novas classificações de instrumentos financeiros não produziram efeitos no patrimônio líquido na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21. A classificação envolveu a transferência de ativos financeiros classificados anteriormente como Títulos Disponíveis para Venda para Valor Justo por meio do Resultado no montante de R\$ 2. Em relação a perda de crédito esperada associadas ao risco de crédito, houve um aumento no Ativo de R\$ 1.638, em contrapartida do Patrimônio Líquido, correspondente a R\$ 652, líquido de efeitos fiscais. Adicionalmente, houve impactos reflexos líquidos de coligadas e controladas no Patrimônio Líquido de R\$ (271).

• **Resolução CMN nº 4.975/21 - Arrendamento** - Recepciona o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos que apresenta um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e as despesas de juros do arrendamento separadamente no resultado.

Transição para a Resolução CMN nº 4.975/21

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, prospectivamente, desde 1º de janeiro de 2025, utilizando os seguintes critérios: (1) taxa de desconto unificada, considerando uma carteira de contratos semelhantes; e (2) cálculo do Ativo de Direito de Uso e do passivo de arrendamento para os novos contratos firmados, nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING figura como arrendatário, a partir da vigência da norma.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada entidade controlada e coligada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerceu julgamento na definição da sua moeda funcional, considerando a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja,

possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

III - Ativos e Passivos Financeiros

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

• **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações.

• **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Demonstrado no Balanço Patrimonial em Títulos e Valores Mobiliários.

• **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação ao Custo Amortizado e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. Demonstrado no Balanço Patrimonial em Títulos e Valores Mobiliários.

b) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: Para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

Perda de Crédito Esperada: Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e aos compromissos de créditos e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

• Estágio 1 - considera os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito ou cujo risco de crédito diminuiu significativamente.

• Estágio 2 - considera todos os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial ou que deixou de ter problemas de recuperação de crédito, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente.

• Estágio 3 - aplicável aos ativos problemáticos, para os quais é considerado uma probabilidade de default (PD) de 100%.

IV - Investimentos

São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização, quando aplicável.

Os investimentos da empresa são representados por controladas.

V - Transações de Capital com Acionistas Não Controladores

Alterações de participação em uma controlada, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.

VI - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações:

• Provável: é constituída provisão.

• Possível: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

• Remota: nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

b) Valor Contábil Bruto por Estágios

	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 (1)	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 1								
Pessoas Físicas	123.535	(11.125)	(952)	3.754	54	27.960	--	143.226
Pessoas Jurídicas	22.547	(980)	(139)	351	24	221	--	22.024
Total	146.082	(12.105)	(1.091)	4.105	78	28.181	--	165.250
ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 2								
Pessoas Físicas	11.286	(3.754)	(3.738)	11.125	1.147	(3.572)	--	12.494
Pessoas Jurídicas	766	(351)	(382)	980	28	(333)	--	708
Total	12.052	(4.105)	(4.120)	12.105	1.175	(3.905)	--	13.202
ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 3								
Pessoas Físicas	8.990	(54)	(1.147)	952	3.738	9.043	(10.936)	10.586
Pessoas Jurídicas	660	(24)	(28)	139	382	81	(508)	702
Total	9.650	(78)	(1.175)	1.091	4.120	9.124	(11.444)	11.288

1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

	Saldo em 01/01/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
ITAÚ UNIBANCO HOLDING - dos 3 Estágios				
Pessoas Físicas	143.811	33.431	(10.936)	166.306
Pessoas Jurídicas	23.973	(31)	(508)	23.434
Total	167.784	33.400	(11.444)	189.740

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, do saldo total dos 3 estágios, R\$ 6.716 são operações renegociadas das quais 65% referem-se às operações reestruturadas.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente. As provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros, em que há liquidez, são reconhecidas quando da notificação judicial, simultaneamente com os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

VII - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

VIII - Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

São reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. As principais receitas referem-se aos serviços relacionados aos cartões de crédito, débito e conta corrente e assessoria econômica, financeira e corretagem que são reconhecidas quando tais serviços são prestados, e administração de Programas de Recompensas, reconhecida no resgate ou expiração dos pontos.

NOTA 3 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A política contábil sobre Aplicações Interfinanceiras de Liquidez está apresentada na Nota 2c III.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é classificada como custo amortizado e composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada no montante de R\$ 22.486, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 8.833 sendo o valor justo dessas aplicações o total de R\$ 31.319.

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A política contábil sobre títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota 2c III.

a) **Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)**

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por *Eurobonds* e Assemelhados no valor de R\$ 1.485 e Letras Financeiras no valor de R\$ 26.097.

b) **Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Ações no valor



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2025 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 PARA RESULTADO *(Em milhões de reais, exceto quando indicado)* *(Continuação)*

c) Perda de Crédito Esperada por Estágios

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 1

	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 (1)	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(2.225)	656	46	(866)	(27)	(167)	--	(2.583)
Pessoas Jurídicas.....	(226)	49	5	(70)	(6)	8	--	(240)
Total	(2.451)	705	51	(936)	(33)	(159)	--	(2.823)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 2

	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(3.139)	866	1.358	(656)	(608)	(1.537)	--	(3.716)
Pessoas Jurídicas.....	(185)	70	110	(49)	(20)	(107)	--	(181)
Total	(3.324)	936	1.468	(705)	(628)	(1.644)	--	(3.897)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 3

	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Constituição / (Reversão)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(5.514)	27	608	(46)	(1.358)	(11.315)	10.936	(6.662)
Pessoas Jurídicas.....	(389)	6	20	(5)	(110)	(460)	508	(430)
Total	(5.903)	33	628	(51)	(1.468)	(11.775)	11.444	(7.092)

1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Total dos 3 Estágios

	Saldo em 01/01/2025	Constituição / (Reversão)	Write Off	Saldo em 31/12/2025
Pessoas Físicas	(10.878)	(13.019)	10.936	(12.961)
Pessoas Jurídicas.....	(800)	(559)	508	(851)
Total	(11.678)	(13.578)	11.444	(13.812)

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o saldo consolidado dos 3 Estágios contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (142).

NOTA 6 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

A política contábil sobre captações está apresentada na Nota 2c III.

a) Depósitos

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Depósitos são representados basicamente por Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 99.318.

b) Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Letras Financeiras Subordinadas no montante de R\$ 37.899 e por *Euronotes* Subordinados no montante de R\$ 2.769.

NOTA 7 - TRIBUTOS

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c VII.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda.....	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	20,00%	ISS até	5,00%

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Movimentação de 01/01 a 31/12/2025											
Empresas Controladas	Resultado de Participações em Controladas										
	Lucro Líquido / (Prejuízo)		Resultado não Realizado e Outros		Variação Cambial e Hedge de Investimento - Moeda Funcional Diferente de Real		Ajuste de TVM de Controladas e Outros		Eventos Societários (3)		Saldos em 31/12/2025 (4)
	Saldos em 01/01/2025	Amortização de Ágio	Dividendos Pagos / Provisionados (2)	Ajuste a critério da investidora (1)	Total						
No País	191.211	--	(41.711)	37.630	654	(23)	38.261	(2.027)	308	(3.743)	182.299
Itaú Unibanco S.A.....	166.330	--	(38.900)	32.993	584	(23)	33.554	(2.028)	307	--	159.263
Redecard Instituição de Pagamento S.A.....	8.724	--	(708)	721	2	--	723	--	(3)	(1.043)	7.693
Banco Itaucard S.A.....	51	--	--	1	--	--	1	--	--	--	52
Itaú Corretora de Valores S.A.....	3.295	--	(294)	399	5	--	404	--	(5)	--	3.400
Itauseg Participações S.A.....	2.545	--	(169)	1.002	--	--	1.002	1	43	--	3.422
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.....	1.213	--	(52)	119	--	--	119	--	--	--	1.280
Outras Participações.....	9.053	--	(1.588)	2.395	63	--	2.458	--	(34)	(2.700)	7.189
No Exterior	12.071	(45)	(1.224)	1.861	--	--	1.861	(110)	12	57	12.622
Banco Itaú Chile	5.715	(45)	(179)	454	--	--	454	(50)	13	--	5.908
Banco Itaú Uruguay S.A.....	5.059	--	(826)	1.167	--	--	1.167	(3)	(2)	--	5.395
Outras Participações.....	1.297	--	(219)	240	--	--	240	(57)	1	57	1.319
Total	203.282	(45)	(42.935)	39.491	654	(23)	40.122	(2.137)	320	(3.686)	194.921

1) Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora; 2) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Rendas a Receber; 3) Contemplam eventos societários decorrentes de aquisições, alienações, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital; 4) Os saldos apresentados não consideram a redução de capital em processo de homologação pelo BACEN e eventual oposição dos credores, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/(Prejuízo)	Nº de Ações / Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO HOLDING			Participação no Capital (%) em 31/12/2025	
				Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Votante	Social
No País								
Itaú Unibanco S.A.....	74.567	159.263	32.993	3.514.908.377	3.404.188.272	--	100,00%	100,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.....	23.923	39.711	3.721	348.555.621	--	--	19,37%	19,37%
Banco Itaucard S.A.....	50	52	1	2.531.224.947	13.593.462	--	100,00%	100,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.....	1.650	3.401	399	32.882.585	970.956	--	100,00%	100,00%
Itauseg Participações S.A.....	6.965	12.947	3.791	1.583.854.716	--	--	26,42%	26,42%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.....	645	1.280	119	548.954	1.097.907	--	100,00%	100,00%
No Exterior								
Banco Itaú Chile	17.641	22.463	1.725	56.896.856	--	--	26,29%	26,29%
Banco Itaú Uruguay S.A.....	559	5.392	1.167	4.465.133.954	--	--	100,00%	100,00%

O Itaú Unibanco Holding S.A. - Cayman Branch, consolidado nessas Demonstrações Contábeis, tem sua moeda funcional igual à da controladora. A variação cambial desse investimento é de R\$ 281 e está alocado na rubrica de Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros na Demonstração do Resultado.

No resultado de participações em controladas, a variação cambial dos investimentos indiretos em moeda funcional igual à da controladora corresponde a R\$ (3.939).

A tabela a seguir apresenta o resumo das informações financeiras dos investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

	31/12/2025			01/01 a 31/12/2025		31/12/2025			
	Ativos		Outros Passivos	Outros Resultados		Quantidade		Total	Valor
	Totais	Contingentes		Abrangentes	Resultado Abrangente	Ordinárias	Preferenciais		
No País									
Itaú Unibanco S.A.....	2.218.844	13.542	34.683	(3.515)	29.203				
Redecard Instituição de Pagamento S.A.....	159.478	95	84.614	(6)	3.715				
Banco Itaucard S.A.....	55	--	1	--	1				
Itaú Corretora de Valores S.A.....	8.946	18	5.173	1	400				
Itauseg Participações S.A.....	14.207	--	43	1.153	4.986				
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.....	1.427	76	2	1	115				
No Exterior									
Banco Itaú Chile	209.744	55	9.848	3.869	5.594				
Banco Itaú Uruguay S.A.....	51.214	--	889	(143)	1.024				

NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em reunião realizada em 05 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 33.334, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas foram emitidas e passaram a ser negociadas a partir de 20 de março de 2025.

Em consequência, o capital social foi elevado em 980.413.535 ações.

Em reunião realizada em 27 de novembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 78.850.638 ações preferenciais de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de lucros - Reservas Estatutárias.

Em reunião realizada em 18 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 12.847, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária, com bonificação de 3% em ações. As ações bonificadas foram emitidas e passaram a ser negociadas a partir de 30 de dezembro de 2025.

Em consequência, o capital social foi elevado em 321.170.947 ações.

O capital social está representado por 11.026.869.192 ações escriturais sem valor nominal, sendo 5.617.742.977 ações ordinárias e 5.409.126.215 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

A composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado no início e no fim do período são demonstradas abaixo:

	31/12/2025				
	Quantidade				Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total		
Residentes no País.....	01/01/2025	4.918.480.340	1.325.492.746	6.243.973.086	57.783
Residentes no Exterior.....	01/01/2025	39.810.019	3.520.352.243	3.560.162.262	32.946
Ações Representativas do Capital Social.....	01/01/2025	4.958.290.359	4.845.844.989	9.804.135.348	90.729
Bonificação de Ações - Em Circulação a partir de 20/03/2025		495.829.036	484.584.499	980.413.535	
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 27/11/2025....		--	(78.850.638)	(78.850.638)	
Bonificação de Ações - Em Circulação a partir de 30/12/2025		163.623.582	157.547.365	321.170.947	
Ações Representativas do Capital Social.....	31/12/2025	5.617.742.977	5.409.126.215	11.026.869.192	136.910
Residentes no País.....	31/12/2025	5.567.132.399	1.333.956.149	6.901.088.548	85.684
Residentes no Exterior.....	31/12/2025	50.610.578	4.075.170.066	4.125.780.644	51.226
Ações em Tesouraria (1)	01/01/2025	--	28.030.833	28.030.833	(909)
Aquisição de Ações em Tesouraria.....		--	81.312.040	81.312.040	(3.085)
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 27/11/2025....		--	(78.850.638)	(78.850.638)	3.000
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria.....		--	(30.244.329)	(30.244.329)	981
Bonificação de Ações - Em Tesouraria a partir de 20/03/2025		--	86.718	86.718	

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Despesas Tributárias

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Despesas Tributárias totalizam R\$ (2.179) e são compostas basicamente por PIS, COFINS e ISS.

b) Tributos Diferidos

I - Ativos Fiscais Diferidos

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Ativos Fiscais Diferidos totalizam R\$ 18.928 e estão representados basicamente por Prejuízo Fiscal e Base Negativa de R\$ 17, Provisão para Perda de Crédito Esperada de R\$ 16.660, Provisões Administrativas de R\$ 203, Provisões relativas a Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias de R\$ 434, cuja expectativa de realização depende da evolução processual do litígio, Ajustes ao Valor Justo de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$ 2, e Provisão para Programa de Recompensa de R\$ 741.

II - Obrigações Fiscais Diferidas

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Obrigações Fiscais Diferidas totalizam R\$ 918 e estão representadas basicamente por Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões de R\$ 393, Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$ 111, Superveniência de Depreciação de Arrendamento de R\$ 95, e Ajustes Temporais sobre Diferenças entre Práticas Contábeis em Participação no Exterior de R\$ 176.

c) Obrigações Fiscais Correntes

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Obrigações Fiscais Correntes totalizam R\$ 999 e estão representadas por Obrigações Legais de R\$ 296 e Impostos e Contribuições sobre Lucros e Demais Impostos e Contribuições a Pagar de R\$ 703.

Custo/Valor de Mercado

Mínimo	--	32,81
Médio ponderado	--	37,91
Máximo	--	41,36

Ações em Tesouraria

Custo médio	--	36,94
Valor de Mercado no último dia útil da data base.....	36,35	39,23

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. As ações ordinárias e preferenciais participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao prioritário mínimo anual a ser pago às ações preferenciais (R\$ 0,022 por ação não cumulativo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING antecipa mensalmente o dividendo mínimo obrigatório, utilizando a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I - Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2025			
Lucro Líquido Individual Estatutário				45.659
Ajustes:				
(-) Reserva Legal - 5%				(2.283)
Base de Cálculo do Dividendo				43.376
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%				10.844
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados / Destacados.....				31.647

II - Remuneração aos Acionistas

	Ação (R\$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		29.556	(1.434)	28.122
Juros sobre o Capital Próprio - 11 parcelas mensais pagas de fevereiro a dezembro de 2025	0,0150	2.038	(307)	1.731
Juros sobre o Capital Próprio - pagos em 29/08/2025.....	0,5929	7.518	(1.127)	6.391
Dividendos - pagos em 19/12/2025	1,8682	20.000	—	20.000
Provisionados (Registrados em Outros Passivos - Sociais e Estatutárias)		4.148	(623)	3.525
Juros sobre o Capital Próprio - 1 parcela mensal paga em 02/01/2026	0,0150	190	(29)	161
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 27/11/2025 a serem pagos até 30/04/2026	0,3143	3.958	(594)	3.364
Total - 01/01 a 31/12/2025		33.704	(2.057)	31.647
c) Reservas de Capital e de Lucros				31/12/2025
Reservas de Capital				2.873
Ágio na Subscrição de Ações				284
Pagamento Baseado em Ações				2.588
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras				1
Reservas de Lucros (1)				57.107
Legal (2)				20.429
Estatutárias (3)				36.678



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2025 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2025 PARA RESULTADO *(Em milhões de reais, exceto quando indicado)* *(Continuação)*

d) Pagamento Baseado em Ações
O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui planos de pagamentos Baseados em Ações para seus colaboradores e administradores, visando engajá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.
As outorgas desses benefícios ocorrem somente em exercícios em que os lucros são suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório, limitando a diluição até 0,5% da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do encerramento do exercício. A liquidação desses planos é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

I - Programa de Sócios
Este programa permite que colaboradores e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING invistam um percentual de seu bônus na aquisição de ações e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 a 5 anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito a receber uma contrapartida em ações, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em tais ações é fixado semestralmente e equivale à média da cotação das ações nos 30 dias anteriores à apuração, que é realizada no 7º dia útil anterior à data da outorgada remuneração.

O valor justo da contrapartida em ações é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

	01/01 a 31/12/2025
Quantidade	
Saldo Inicial	84.186.167
Novos.....	33.444.044
Entregues.....	(14.551.588)
Cancelados.....	(1.058.266)
Saldo Final	102.020.357
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,11
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	21,24

II - Remuneração Variável
Neste plano, parte da remuneração variável dos administradores é paga em dinheiro e parte em ações pelo prazo de 3 anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo um terço por ano, mediante o cumprimento das condições previstas em regulamento interno. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.
Os administradores tornam-se elegíveis ao recebimento desses benefícios conforme seu desempenho individual, do negócio ou ambos. O montante do benefício é definido de acordo com as atividades de cada administrador, que deve atender, no mínimo, os requisitos de desempenho e conduta.
O valor justo das ações é o preço de mercado cotado na data de sua outorga, descontado da expectativa de dividendos.

	01/01 a 31/12/2025
Quantidade	
Saldo inicial	47.813.732
Novos.....	26.766.853
Entregues.....	(24.312.818)
Cancelados.....	(466.053)
Saldo Final	49.801.714
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	0,92
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	24,98

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025

Regulamento, atribuições e responsabilidades do Comitê
O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário que reporta ao Conselho de Administração ("Conselho") e atua de acordo com o estabelecido em seu Regulamento (disponível no site de Relações com Investidores). Atualmente, é composto por seis membros efetivos e independentes, sendo um integrante do Conselho, eleitos observados os critérios constantes da regulamentação do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), da Lei *Sarbanes-Oxley* ("*SOX*") e das normas da *New York Stock Exchange* ("*NYSE*"), nesses dois últimos casos no que for aplicável aos emissores estrangeiros, *Foreign Private Issuers* ("*FPIs*"). O Comitê é único para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e para as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), que fazem parte do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, abrangendo o Itaú Unibanco e suas controladas, diretas ou indiretas ("Conglomerado").

O Comitê na sua atuação segue as exigências aplicáveis das normativas do CMN, CNSP, Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), BACEN e SUSEP, assim como normativa para FPIs e atribuições incluídas nos regulamentos e políticas do Conglomerado, sendo responsável, previamente à divulgação das demonstrações financeiras, pela supervisão dos processos de controles internos e de gestão de riscos, das atividades da Auditoria Interna ("AI") e das empresas de auditoria independente do Conglomerado.

A elaboração das demonstrações contábeis do Conglomerado é de responsabilidade da Administração, cabendo-lhe estabelecer os procedimentos necessários para assegurar a qualidade dos processos dos quais se originam as informações utilizadas na preparação das demonstrações e na geração dos relatórios. A Administração também é responsável pelas atividades de controle e monitoramento de riscos, pela supervisão das atividades corporativas de controles internos e por zelar pela conformidade com as normas legais e regulamentares.

A AI tem como missão aferir a qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos, de gerenciamento de riscos e de capital e o cumprimento das políticas e procedimentos definidos, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., devendo atestar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Conglomerado, e o desempenho individual e consolidado das operações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), sendo também de sua responsabilidade auditar as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial. Os mesmos auditores devem, ainda, emitir anualmente opinião sobre a qualidade e a eficácia dos controles internos vinculados aos relatórios financeiros, conforme norma da Securities and Exchange Commission ("SEC").

A Ernst & Young Auditores Independentes ("EY") é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis das empresas de Consórcio do Conglomerado e das empresas supervisionadas pela SUSEP (Seguros, Previdência, Capitalização e Corretoras de Seguros), todas preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

No período não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

Atividades do Comitê

O planejamento anual de trabalhos do Comitê é realizado ao final do exercício do ano anterior ao vigente, considerando os principais produtos e processos referentes aos negócios e áreas de suporte do Conglomerado, bem como seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis e no sistema de controles internos e de administração de riscos, sendo revisado periodicamente à medida da evolução de suas atividades.

O processo de supervisão efetuado pelo Comitê baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações efetuadas pelas diversas diretorias das unidades de negócios no Brasil e Internacionais e das áreas de suporte, na apresentação do resultado dos trabalhos dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de capital, pelos controles internos, risco operacional e compliance.

Como parte de suas atribuições, o Comitê aprovou o planejamento dos trabalhos da AI para 2026, e realizou a avaliação relativa ao período de 2025 dos serviços executados pela AI, Diretoria de Compliance & Op Risk ("DCOR"), Diretoria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ("DPLD") e Diretoria de Prevenção a Crimes Financeiros ("DPCF").

Também realizou relatos trimestrais das atividades do Comitê ao Conselho; manteve reuniões periódicas com os Copresidentes do Conselho e com o Diretor Presidente do Itaú Unibanco Holding S.A. para apresentação de suas recomendações sobre os sistemas de controles internos, a política de conformidade (compliance) e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, e outros temas abrangidos no escopo de sua atuação.

NOTA 10 - PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As principais partes relacionadas são:

- Controladoras: IUPAR, a E. JOHNSTON e a ITAÚSA.
- Controladas: participações diretas e indiretas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e fundos de investimentos sob seu controle.

a) Transações com Partes Relacionadas

	31/12/2025				
			Coligadas e Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas	Total
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Controladoras	Controladas (1)			
Ativo					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	--	31.305	--	--	31.305
Operações de Crédito.....	--	11	1	2	14
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos (Posição Ativa e Passiva).....	--	35.105	--	12	35.117
Outros Ativos.....	--	116	--	--	116
Total do Ativo	--	66.537	1	14	66.552
Passivo					
Depósitos.....	--	(99.318)	--	--	(99.318)
Instrumentos de Dívida.....	--	(81)	--	--	(81)
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva).....	--	(923)	(290)	--	(1.213)
Outros Passivos.....	--	(39.449)	--	(130)	(39.579)
Total do Passivo	--	(139.771)	(290)	(130)	(140.191)
	01/01 a 31/12/2025				
Demonstração do Resultado					
Receitas da Intermediação Financeira.....	--	9.713	--	--	9.713
Despesas da Intermediação Financeira.....	--	(13.151)	--	--	(13.151)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais.....	--	(4.142)	--	(2)	(4.144)
Resultado	--	(7.580)	--	(2)	(7.582)

1) Empresas relacionadas na Nota 2c.I.

NOTA 11 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

Os documentos "Relatório de Acesso Público", que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, e não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaum.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Políticas, Relatórios.

O Comitê manteve ainda reuniões trimestrais com os membros do Conselho Fiscal;revisou determinadas Políticas Corporativas; e efetuou reuniões semestrais com supervisores do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central ("DESUP") e do Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central ("DECON"), quando foram discutidas as preocupações trazidas pelos reguladores e os principais assuntos em acompanhamento pelo Comitê.

O Comitê emitiu recomendações à Administração e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Comitê.

O Comitê foi informado, pela Diretoria de Prevenção a Fraudes ("DPF"), que não houve casos de erros e fraudes praticados por membros do Conselho, de comitês estatutários, da diretoria, por funcionários ou por terceiros que sejam enquadráveis no critério de materialidade definido na política interna. O Comitê também não tomou conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer fraudes ou de descumprimento de normas legais e regulamentares ou de erros de controles internos, contabilidade e auditoria que pudessem colocar em risco a continuidade do Conglomerado.

Para realização das atividades e dos procedimentos acima descritos, o Comitê reuniu-se 32 dias no período de 18 de agosto de 2025 a 27 de janeiro de 2026, totalizando 133 reuniões, com a participação de auditores independentes, auditoria interna, gestores responsáveis pelos riscos corporativos e Compliance Corporativo e de executivos das áreas administrativas, financeiras, tecnologia da informação e de negócios do Conglomerado.

Nessas reuniões, realizadas principalmente com periodicidade trimestral e semestral, com diversas diretorias e áreas de risco do Conglomerado são discutidos aspectos relevantes relacionados a: qualidade e efetividade dos controles internos, gestão de riscos, gestão dos negócios, risco de capital / mercado / liquidez, monitoramento do apetite de risco, risco operacional, contencioso, risco de crédito, risco de modelos, segurança da informação / cyber, prevenção à fraude, prevenção à lavagem de dinheiro, compliance, atuação da Ouvidoria, riscos socioambientais e climáticos, além de temas regulatórios e tecnológicos. Entre as atividades destacam-se o monitoramento de projetos estratégicos (candidaturas IRB e Programa de Resiliência Organizacional), de iniciativas regulatórias (reforma tributária), do uso de inteligência artificial, e dos trabalhos das auditorias, bem como a participação em fóruns de governança.

No mesmo período, ocorreram 11 reuniões com participação exclusiva dos membros do Comitê, que objetivaram o tratamento de assuntos como: planejamento dos trabalhos, tratamento de temas emergentes, preparação dos relatórios requeridos pelos órgãos reguladores, revisões e aprovações de Políticas Corporativas, discussão de temas relevantes e outras atividades administrativas.

Conclusões

Ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, e com base nas atividades que desenvolveu no período, o Comitê conclui que durante o ano e semestre findo em 31/12/2025:

- os sistemas de controles internos, a política de conformidade (compliance) e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital são adequados ao porte e complexidade do Conglomerado e ao apetite de riscos aprovado, tendo sido acompanhado o cumprimento do disposto na regulamentação vigente, com evidênciação das deficiências detectadas e das ações adotadas para sua remediação;
- a cobertura e a qualidade dos trabalhos da AI são satisfatórias, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dos regulamentos e códigos internos, com evidênciação das deficiências detectadas, e atuando com adequada independência;
- as práticas contábeis relevantes adotadas pelo Conglomerado estão alinhadas com as adotadas no Brasil, incluindo o cumprimento das normas emanadas do CMN e do BACEN, bem como com as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB; e
- as informações fornecidas pela PwC são adequadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dos regulamentos e códigos internos, com evidênciação das deficiências detectadas, nas quais o Comitê apoia sua recomendação sobre as demonstrações contábeis, não sendo identificada qualquer situação que pudesse prejudicar a objetividade e independência do Auditor Independente.

Com base nos trabalhos e avaliações realizadas e considerando o contexto e a limitação de suas atribuições, o Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., para o semestre e ano findo em 31/12/2025.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

Comitê de Auditoria Itaú Unibanco Holding		
Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana - Presidente	Luciana Pires Dias	
Alexandre de Barros	Maria Elena Cardoso Figueira - Especialista Financeira	
Fernando Barçante Tostes Malta	Rogério Carvalho Braga	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Concluído o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2025 e considerando o relatório sem ressalvas da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.** são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas

São Paulo (SP), 04 de fevereiro de 2026.

GILBERTO FRUSSA Presidente	EDUARDO HIROYUKI MIYAKI Conselheiro	MARCELO MAIA TAVARES DE ARAÚJO Conselheiro
-------------------------------	--	---

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Copresidentes
Pedro Moreira Salles
Roberto Egydio Setubal

Vice-Presidente
Ricardo Villela Marino

Conselheiros
Alfredo Egydio Setubal
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela
Candido Botelho Bracher
Cesar Nivaldo Gon
Fabricio Bloisi Rocha
João Moreira Salles
Marcos Marinho Lutz
Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana
Paulo Antunes Veras
Pedro Luiz Bodin de Moraes

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente
Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

Membros
Alexandre de Barros
Fernando Barçante Tostes Malta
Luciana Pires Dias
Maria Elena Cardoso Figueira
Rogério Carvalho Braga

CONSELHO FISCAL

Presidente
Gilberto Frussa

Conselheiros
Eduardo Hiroyuki Miyaki
Marcelo Maia Tavares de Araújo

DIRETORIA

Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo
Milton Maluhy Filho

Diretores e Integrantes do Comitê Executivo
André Luís Teixeira Rodrigues
Carlos Fernando Rossi Constantini
Carlos Orestes Vanzo
Flávio Augusto Aguiar de Souza
Gabriel Amado de Moura
José Virgílio Vita Neto
Matias Granata
Pedro Paulo Giubbina Lorenzini
Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra
Sergio Guillinet Fajerman

Diretores
Adriano Cabral Volpini
Albano Manoel Almeida
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
André Balestrin Cestare
André Maurício Geraldes Martins
Cristiano Guimarães Duarte
Daniel Menezes Santana
Daniel Sposito Pastore
Daniela Pereira Bottai
Emerson Macedo Bortoloto
Eric André Altafim
Felipe Piccoli Aversa
Felipe Xavier Minhoto Tambelini
Flavio Ribeiro Iglesias

Guilherme Barros Leite de Albuquerque Maranhão
Gustavo Lopes Rodrigues (1)
José Geraldo Franco Ortiz Junior
Lineu Carlos Ferraz de Andrade
Luciana Nicola
Luís Eduardo Gross Siqueira Cunha
Maira Blini de Carvalho
Marcia Kinsch de Lima
Mário Newton Nazareth Miguel
Mayara Arci Rezeck
Michele Maria Vita
Paulo Sergio Miron
Pedro Henrique Moreira Ribeiro
Rafael Vietti da Fonseca
Renato Barbosa do Nascimento
Renato da Silva Carvalho
Renato Lulia Jacob
Ricardo Nuno Delgado Gonçalves
Rita Rodrigues Ferreira de Carvalho
Rodrigo André Leiras Carneiro
Rubens Fogli Netto
Tatiana Grecco
Vinicius Santana

1) Diretor de Relações com Investidores.

Contadora
Fabiana Palazzo Barbosa
CRC 1SP251437/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>



Itaú Unibanco Holding S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

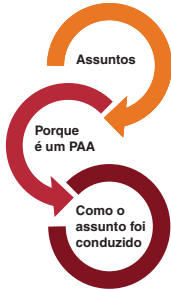
Ao Conselho de Administração e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Itaú Unibanco Holding S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas
Chamamos a atenção para a Nota 2(a) às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Adoção inicial Resolução CMN nº 4.966/21 - provisão para perda de crédito esperada (Notas 2(b)), 2(c)III.(b) e 5) O Itaú Unibanco Holding S.A. adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 (“Resolução”), que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, de forma prospectiva. A adoção dessa nova norma contábil trouxe mudanças relevantes para o Banco e suas controladas, sendo a principal, a alteração no critério de reconhecimento e mensuração da provisão para perda de crédito esperada. A provisão para perda de crédito esperada foi definida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que a mensuração envolve julgamento da administração para avaliação de informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito, entre outros aspectos.	Realizamos o entendimento do processo desenvolvido pela administração para o reconhecimento e mensuração da provisão para perda de crédito esperada conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma. Em relação à metodologia da provisão para perda de crédito esperada, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, substancialmente relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da Resolução. (ii) entendimento e testes sobre os controles relacionados à mensuração da provisão, que consideram base de dados, modelos, premissas e julgamentos adotados pela administração. (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação. Adicionalmente, realizamos testes sobre a documentação da administração relacionada às garantias, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento significativo no risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios conforme requisitos da Resolução. (iv) teste das entradas de dados para os modelos e, quando disponíveis, comparação de determinados dados e premissas com informações de mercado. (v) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis em atendimento aos requisitos da Resolução. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, conforme divulgado em notas explicativas, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo (Notas 2(c)III.(b) e 4) A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para sua valorização. Adicionalmente, a obtenção de dados de mercado pode ser complexa, especialmente em momentos de alta volatilidade, bem como em situações em que os preços observáveis ou parâmetros de mercado não estão disponíveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e por contratos de derivativos. Essa é uma área que permanece como foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: • Teste do desenho e da efetividade dos principais controles estabelecidos para valorização desses instrumentos financeiros, bem como da aprovação dos modelos e divulgações requeridas. • Com o apoio de nossos especialistas, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes. Executamos, em base amostral, recálculo da valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as divulgações em notas explicativas.
Ambiente de Tecnologia da Informação O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e, nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazos em sistemas e processos de Tecnologia da Informação. A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e cybersecurity. Dessa forma, essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.	Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acessos, gestão de mudanças e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia. Os procedimentos de auditoria aplicados resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.
Provisões e passivos contingentes (Notas 2(c)VI) O Banco e suas controladas registram e/ou divulgam provisões e passivos contingentes decorrentes, principalmente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas das provisões e dos passivos contingentes, continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria.	Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões dos passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados. Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais individualizados, para uma amostra de itens, de natureza tributária, cível e trabalhista, utilizamos o apoio de nossos especialistas nas respectivas áreas, quando aplicável, de acordo com a natureza dos processos. Também, realizamos procedimentos de confirmação, em base de testes, junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão para processos judiciais e administrativos divulgados nas demonstrações contábeis são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”: Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 15P245281/O-6



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>